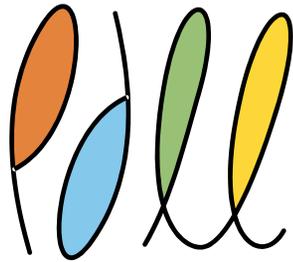


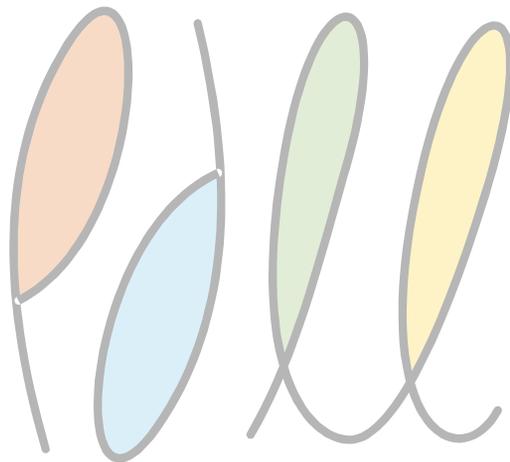
PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

BRASÍLIA, CAPITAL DA LEITURA



PLANO DO
DISTRITO FEDERAL
**DO LIVRO
E DA LEITURA**

BRASÍLIA, CAPITAL DA LEITURA



D614 DISTRITO FEDERAL (Brasil).

PDLL : Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura :
Brasília, capital da leitura /Subsecretaria de Políticas do
Livro e da Leitura. - Brasília : [s.n.], 2012.
52 p.: Il, ; 23 cm.

1. Plano do Distrito Federal do Livro e Leitura (Brasil).
2. Leitura - Distrito Federal (Brasil). 2. Educação e Estado -
Distrito Federal (Brasil). 3. Livro e leitura - Distrito Federal
(Brasil). I. Título. II. /Subsecretaria de Políticas do Livro e da
Leitura.

CDU 028(817.4)

Agnelo Queiroz
Governador do Distrito Federal

Hamilton Pereira
Secretário de Estado da Cultura do Distrito Federal

Denílson Bento
Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal

Glauco Rojas
Secretário de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação

Ivanna Sant'Ana Torres
Subsecretária de Políticas do Livro e da Leitura

Mírian Barbosa Tavares Raposo
Diretora de Políticas do Livro e da Leitura

Revisora
Eva Pereira

Fotografia
João Lucas Braga

Programação Visual e diagramação
Diretoria de Criação e Impressão



SUMÁRIO

- 10 Palavra do Governador do Distrito Federal
- 12 Palavra dos Secretários
- 15 A Importância do Livro e da Leitura sob a Ótica de Paulo Freire

PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA: BRASÍLIA, CAPITAL DA LEITURA

I HISTÓRICO DO PDLL

- 19 1.1 Novos Avanços

II JUSTIFICATIVA

- 23 2.1 Retratos do Livro e da Leitura no Distrito Federal
 - 25 2.1.1 Secretaria de Estado de Cultura
 - 27 2.1.2. Secretaria de Estado de Educação
 - 29 2.1.3. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 - 32 2.1.4. A Sociedade Civil Organizada

III PRINCÍPIOS NORTEADORES

IV OBJETIVO CENTRAL

V. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DO DISTRITO FEDERAL DO LIVRO E DA LEITURA

- 40 5.1 Democratização do Acesso e Uso da Informação
- 42 5.2 Fomento à Leitura e à formação de Mediadores
- 46 5.3 Valorização Institucional da Leitura e Incremento de seu Valor Simbólico
- 48 5.4 Desenvolvimento da Economia do Livro

VI. ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO

- 50 6.1. Parcerias
- 53 6.2. Institucionalidade
- 55 6.3. Gestão de Recursos
- 57 6.4. Avaliação
- 59 6.5. Planos de Ação

PALAVRA DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

O governo brasileiro, nos dois mandatos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, se impôs o desafio de reduzir drasticamente as desigualdades regionais na área da cultura com políticas estruturantes, como, entre outras, o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Desde 2002, o que testemunhamos é um verdadeiro enfrentamento de um processo histórico de exclusão social disseminado há muito pelo país e que impossibilita o acesso do povo brasileiro à cidadania plena.

Tomando como exemplo as iniciativas em âmbito nacional, assumimos, no Governo do Distrito Federal, a responsabilidade de lutar para superar a dívida histórica relacionada à desigualdade social, entendendo que tal superação somente será possível se enfrentarmos a pobreza e toda e qualquer forma de exclusão.

O Plano do Distrito Federal do Livro e Leitura (PDLL), que ora apresentamos, a exemplo do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), foi construído com a ampla participação da sociedade e tem como um dos seus objetivos mais importantes, e mais amplos, contribuir para a redução das desigualdades sociais por meio do acesso ao livro e à leitura. Trabalho iniciado na III Conferência de Cultura, acontecida durante os cem primeiros dias de governo, em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal,

tanto a III Conferência quanto o Grupo de Trabalho que elaborou o PDLL contaram com a colaboração de cidadãs e cidadãos comprometidos com as ações de leitura e que vêm consolidando historicamente a luta por políticas que estabeleçam diretrizes para a formação de uma sociedade leitora.

O PDLL está comprometido com 4 (quatro) eixos estruturantes: o primeiro, direcionado para a democratização do acesso, busca o fortalecimento do papel das bibliotecas, a conquista de novos espaços de leitura e a incorporação de tecnologias de informação e comunicação ao universo dos leitores. O segundo eixo está orientado para a formação de mediadores de leitura e para o desenvolvimento de projetos sociais de leitura. O terceiro eixo tem como propósito converter as práticas sociais de leitura em Política de Estado, bem como colocar em evidência o valor social e simbólico da leitura. Por fim, o quarto eixo prevê o apoio à criação e ao consumo de bens de leitura, como uma das estratégias principais para o desenvolvimento econômico do setor.

Na luta contra as mazelas sociais, o acesso ao conhecimento e ao consumo dos bens e serviços culturais é uma arma eficiente. E, nesse combate, as armas não fazem sangrar, não matam e não escravizam. Os livros edificam saberes e sonhos, permitem o empoderamento dos sujeitos e

lhes oferecem a possibilidade de escrever, com suas próprias mãos, suas histórias e seus destinos. Por entendermos que a leitura é ferramenta fundamental para a transformação social, e conseqüentemente para a construção da cidadania, temos o sonho de transformar Brasília na capital da leitura. Sabemos que é um grande desafio, mas um desafio extremamente prazeroso.

O PDLL faz parte e é uma iniciativa fundamental do que propomos como um novo

caminho. Cabe às Secretarias de Cultura, de Educação e de Ciência, Tecnologia e Inovação, com nosso total apoio, conduzir a implantação dos programas e ações que certamente mudarão os rumos do Distrito Federal e da RIDE.

Agnelo Queiroz
Governador do Distrito Federal

PALAVRA DOS SECRETÁRIOS

Converter Brasília na Capital do Livro e da Leitura. Esse objetivo fixado pelo Governador Agnelo Queiroz responde a uma demanda da sociedade do Distrito Federal e a um compromisso de campanha, assumido por nós assim que chegamos ao GDF. Tal compromisso é inseparável da determinação de, até o final do mandato, declarar o Distrito Federal Território Livre do Analfabetismo.

Formular uma Política do Livro e da Leitura na Capital da República significa conjugar iniciativas do poder público articuladas com a sociedade, de modo a democratizar o acesso aos bens de leitura, estimular e valorizar a língua portuguesa como meio de expressão

essencial à comunicação de nosso povo, e ainda favorecer os processos de inclusão digital, proporcionando aos brasileiros que vivem no Distrito Federal e entorno um elemento indispensável ao pleno exercício da cidadania.

Acolher as propostas aprovadas pela III Conferência de Cultura como subsídios para o início de um processo democrático de elaboração de uma política estruturante para o Livro e a Leitura coloca-nos no confronto direto com os problemas existentes e nos permite precisar os mecanismos exigidos na implantação de um novo marco legal, para, desse modo, honrar o compromisso assumido pelo Governador Agnelo Queiroz.

Materializar a Política do Livro e da Leitura no Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL), que ora apresentamos à sociedade, objetiva fixar metas e estratégias de ação para assegurar recursos e mobilizar pessoas para alcançar esses objetivos.

Em 2012, realizamos a 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura e com isto incluímos Brasília no circuito dos grandes eventos ligados à cadeia produtiva do livro. Esse foi um momento de síntese do conjunto das iniciativas contidas no Plano do Livro e da Leitura do Distrito Federal (PDLL), na dimensão dos seus quatro eixos estruturantes. Um momento voltado para

integrar a produção literária às cadeias criativa, mediadora e produtiva do Livro do DF e acolher as contribuições que recebemos do Brasil e de outros continentes.

O Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL) atende ao objetivo básico de democratizar o acesso aos bens de leitura em todas as suas dimensões e aos espaços culturais do Distrito Federal pela ação permanente da Política Pública, de modo a mantê-los vivos, com uma pauta contínua de atividades a serviço das comunidades que os acolhem. Além disso, congrega os esforços governamentais numa ação intersetorial.

Hamilton Pereira

Secretário de Estado da Cultura do Distrito Federal

Denílson Bento

Secretário de Estado da Educação do Distrito Federal

Glauco Rojas

Secretário de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO E DA LEITURA SOB A ÓTICA DE PAULO FREIRE

Ana Maria Araújo Freire, Doutora em Educação, viúva e sucessora legal da obra do educador Paulo Freire.

Quando a Subsecretaria do Livro e da Leitura do Distrito Federal me solicitou uma pequena introdução para a publicação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura, que tem Paulo Freire como importante referência - não somente porque ele é o Patrono da Educação do Distrito Federal, mas também por suas reflexões sobre o ato de ler -, eu me lembrei, imediatamente, de alguns textos de meu marido.

Estão em dois de seus livros: A importância do ato de ler em três artigos que se completam (“A importância do ato de ler” e, “Alfabetização de adultos e bibliotecas populares - uma introdução”) e Ação cultural para a liberdade e outros escritos (“Considerações em torno do ato de estudar”).

Neste último escrito, de 1968, no seu “contexto de empréstimo”, no Chile, e os dois primeiros, escritos já no retorno ao seu “contexto de origem”, respectivamente em 1981 e 1982, Paulo enfocou exatamente o ato de ler e de escrever a palavra e o mundo e o ato de estudar através do livro.

Sem dúvida alguma, textos fundamentais, de beleza rara e poética e, ao mesmo tempo, de profundidade científica

que, certamente, servem como referência para se discutir um Planejamento oficial de livros e se decidir sobre a indicação das leituras adequadas e necessárias para bibliotecas destinadas à formação do saber, do ser e do sentir dos jovens, das crianças ou dos adultos e adolescentes da capital da República.

Nesses textos, Paulo afirma que a compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. Nessa afirmação, ele nos diz que um livro deve, antes de tudo, possibilitar a compreensão crítica do mundo, o comprometimento e o engajamento dos que leem, sobretudo livros didáticos e paradidáticos, no sentido do aperfeiçoamento pessoal e da transformação social. Que o(a) leitor(a) tenha concreta e vivamente a dimensão da história, da política e da ética universal do contexto onde vive e onde atua, bem como a de quem escreveu o livro, para tornar-se sujeito através da pronúncia de sua própria palavra. Isto é, que a leitura de um livro seja o movimento de reler o contexto de quem o escreve, tendo como alvo ler o seu contexto com vistas à constituição do seu Ser Mais e às transformações necessárias para que possamos ter um mundo melhor, mais bonito e equânime. Um mundo verdadeiramente democrático. Essas são as

coisas que a inteligência do mundo, de um mundo justo, reclama que nós cuidemos. E é nesta direção que a organização de uma bibliografia deve se voltar.

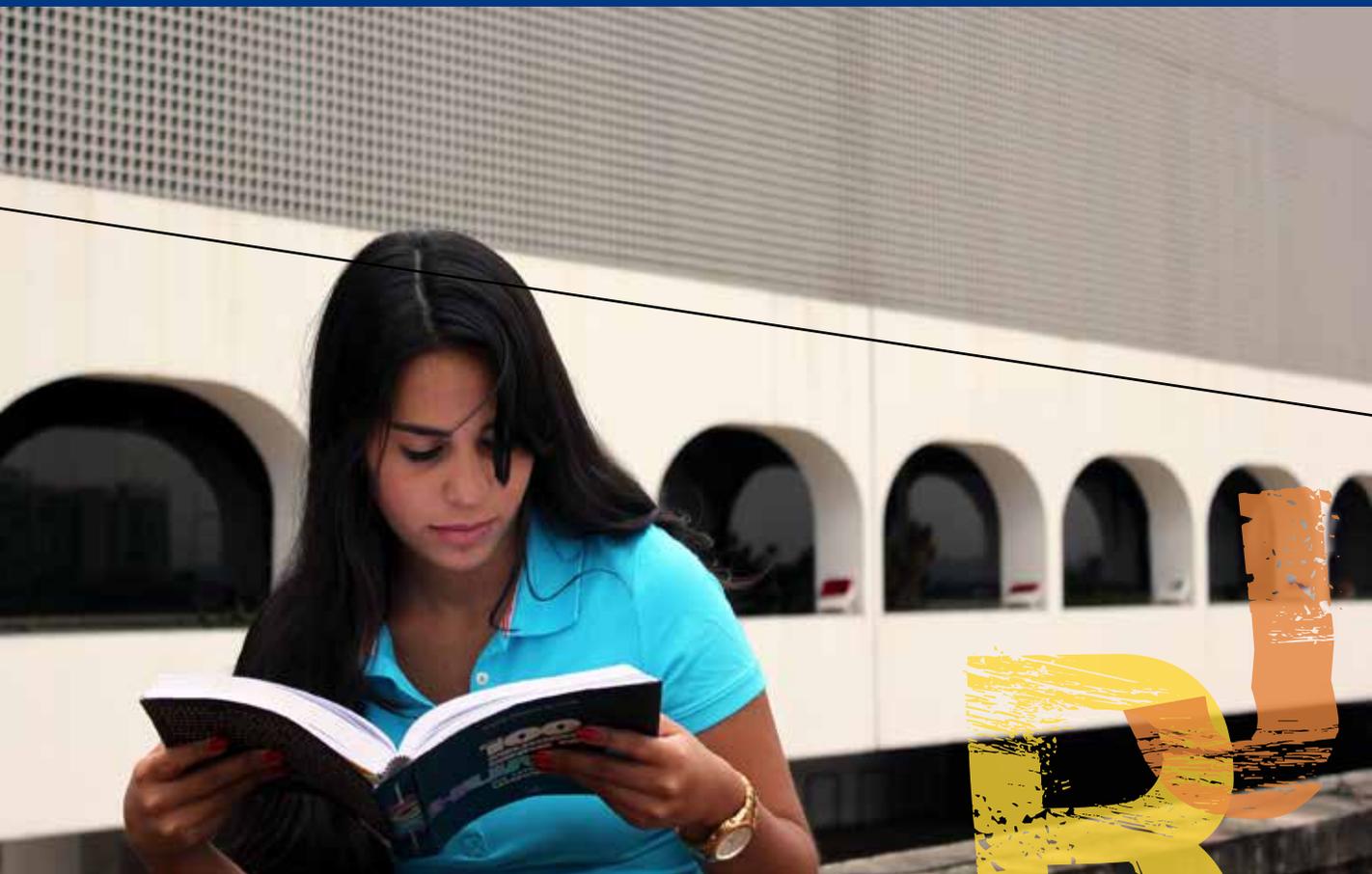
Paulo, ao afirmar que o ato de ler é indicotomizável do ato de escrever, considera que quem organiza uma bibliografia para um Planejamento oficial tem que levar em conta quem escreveu, o que escreveu esse autor e a quem o livro se destina, porque a escolha certa e adequada deve ser o fator primeiro no critério de seleção das obras a serem indicadas. Há que se ter em mente o nível intelectual dos(as) leitores(as) e o gosto cultural deles e delas que, se não for contrário à ética e à formação da cidadania, deve ser respeitado. Deve partir desse nível, dessa realidade e daí propor a leitura de outros livros cada vez mais e mais complexos que possibilite a seus(suas) leitores(as) superarem o nível de ingenuidade no qual muitas vezes se encontram. Com esta afirmação, quero dizer que este grupo que trabalha em nome do Estado e o representa nesta tarefa, no caso o do Distrito Federal, deve ter muito claro a que política cultural quer atender. Deve atender. Precisa atender.

Em suma, é necessário que os membros dessa equipe tenham clareza sobre a favor de quem e do quê; contra quem e contra o quê estão escolhendo este e não aquele livro, por que privilegiam uns e desprezam outros.

Quero dizer que, dentro de uma política cultural, a bibliografia escolhida que deve educar para a ética, para a participação política, para o respeito

aos direitos humanos, para a prática dos comportamentos socialmente esperados - tais como a tolerância, a disciplina e a seriedade, entre muitos outros -, deve ensinar a quem estuda a explicitar com clareza as suas ideias no momento da sua escrita, tendo em vista também a boniteza na composição das palavras, bem como a correção ortográfica e gramatical; deve chamar a atenção para a compreensão e apropriação dos conhecimentos tratados - quer sejam científicos, religiosos, filosóficos, ou literários e poéticos, que lhes possibilite elaborar novos conhecimentos para respaldar a legitimidade dos sonhos de nova vida, com mais dignidade e felicidade. Numa escolha como essa, não pode faltar a prudência, a sabedoria e o discernimento entre todos os membros que selecionam os livros. Uma bibliografia deve propiciar alegria, deleite, encantamento, espanto e questionamentos.

Acredito que livros que se destinam a que alunos e alunas distantes das escolas há muito tempo (jovens não tão crianças, adultos, idosos e idosas) desvelem a realidade e não a vejam a partir somente da perspectiva “miopizada” pelas ideologias perversas - que antes querem alienar e enganar do que ensinar a ler o mundo lendo a palavra certa - podem até ter princípios antagônicos aos que almejamos. Livros que, a princípio, podem alienar até podem fazer parte da bibliografia, mas desde que os professores e professoras, os(as) orientadores(as) das leituras, os(as) bibliotecários(as) estejam atentos para



orientar leitores(as) para não caírem nas ciladas e armadilhas dos intelectuais orgânicos que trabalham e escrevem para os poderosos. Que escrevem contra as classes populares. Há que se discutir e dialogar sobre as ideias antagônicas, ambíguas, contraditórias com os que procuram entender o mundo. Há que se buscar, reitero, selecionar uma bibliografia que promova a formação da consciência crítica e que atenda aos princípios éticos, antropológicos, sociais, políticos e educativos da formação

humanista, filosófica e científica. Assim sendo, não devem os que elaboram uma bibliografia se pautar pelas interdições e proibições, mas devem estar atentos às consequências contrárias ao que se sonha e se almeja.

Assim, devo enfatizar, a relevância dos livros que compõem uma biblioteca de escolas públicas, de presídios ou de qualquer outro espaço de busca do saber é garantida quando os livros escolhidos tenham suas diversas leituras de mundo claramente

definidas porque, assim, possibilita leituras de mundo diversas, que, se bem orientadas, se dirigem às reflexões e a posturas críticas de quem os lê.

Nunca um livro para a formação pedagógica e educativa pode ser neutro, “morno”, “inofensivo”. Há que provocar impacto, contradição e dúvidas, que devem ser buscadas na mais rigorosa e radical das buscas para que se instaure um dissenso, seguido de consenso que, por sua vez, abre a possibilidade de novos dissensos. É este movimento ininterrupto que impõe ações dinâmicas com as quais os leitores e leitoras podem refletir, julgar e avaliar. Tal postura pode mudar pré-conceitos em conceitos, desvios de comportamentos em seriedade ética, crenças míticas e ingênuas em conhecimento crítico.

Considero oportuno também citar um pequeno trecho da Segunda Carta do livro de Paulo, Professora, sim; tia, não, no qual ele nos fala sobre a necessidade de ler livros desde a infância:

Aos que estudamos, aos que ensinamos e, por isso, estudamos também, se nos impõe, ao lado da necessária leitura de textos, a redação de notas, de fichas de leitura, a redação de pequenos textos sobre as leituras que fazemos. A leitura de bons escritores, de bons romancistas, de bons poetas, dos cientistas, dos filósofos que não temem trabalhar sua linguagem à procura da boniteza, da simplicidade e da clareza.

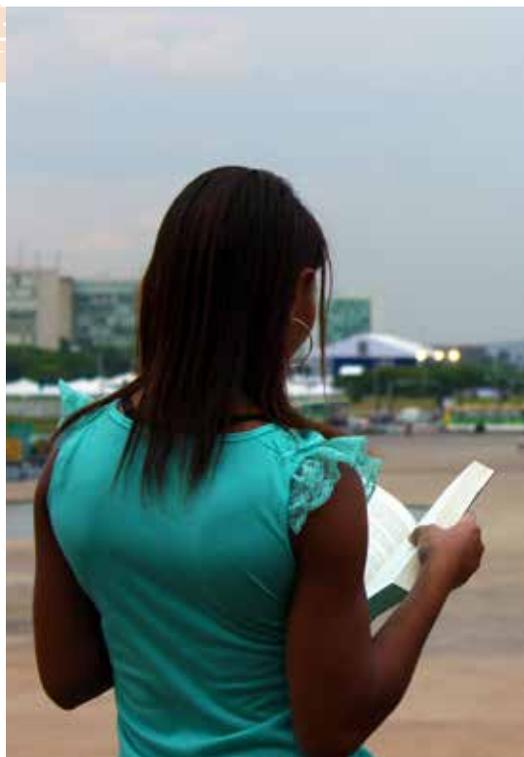
Se nossas escolas, desde a mais tenra idade de seus alunos se entregassem ao trabalho de estimular neles o gosto da leitura e o da escrita, gosto que continuasse a ser estimulado durante todo o tempo de sua escolaridade, haveria possivelmente um número bastante menor de pós-graduandos falando de sua insegurança ou de sua incapacidade de escrever. (2012: 70)

Ler um livro, criticamente, precisa ser um desafio para a inteligência, para a compreensão do dito e escrito que possa provocar e instigar a criatividade e a busca de novos saberes e novos sentires; nova produção científica, filosófica, religiosa, literária ou poética. Que possibilite transformar a cidade na qual vivemos numa cidade que respeita os direitos humanos.

Em suma, o objetivo de quem lê um livro deve ser o de procurar apropriar-se de sua significação profunda em todos os âmbitos e níveis. O objetivo de quem elabora uma bibliografia para diminuir as desigualdades sociais e a exclusão, para contribuir, para determinar uma Política de Estado que quer e que pode transformar Brasília na Capital da Leitura, voltada para a democratização da Capital Federal deve ser o de atender a este princípio maior: o que possibilita desvelar o mundo para entendê-lo e recriá-lo, permitindo a participação política, econômica e social de todos e de todas.

“Dupla delícia/ O livro traz a vantagem de a gente poder estar só e ao mesmo tempo acompanhado”

Mário Quintana



O Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL) é o documento basilar que inscreve fundamentos teóricos, estratégias, orientações e metas para a promoção da leitura, a difusão do livro, a formação de mediadores de leitura e o desenvolvimento da economia do livro no Distrito Federal. Representa, pois, instrumento de fortalecimento das cadeias produtiva, criativa e mediadora da leitura, como fator relevante para o desenvolvimento da produção intelectual, o acesso aos bens culturais e a promoção da cidadania no Distrito Federal.

Nesse sentido, consolida-se como o Plano fundamental para a formação de uma sociedade leitora - qualidade necessária para a construção de uma sociedade justa e promotora de cidadania - e possui a vocação de nortear, de forma orgânica, as políticas, os projetos e as ações continuadas, evitando o cunho fragmentário, disperso e assistemático que tem marcado a implementação dessas atividades e iniciativas ao longo dos anos na capital do país.

Para alcançar as metas estabelecidas, o PDLL conta com a sinergia da articulação de diversos entes. Esforços coletivos e simultâneos são imprescindíveis para dar fôlego e objetividade ao conjunto de ações,

projetos e programas a serem implantados e conduzidos pelos próximos dez anos.

Para garantir essa integração dos vários atores do setor, o PDLL é fundamentalmente coordenado pela Secretaria de Estado de Cultura do DF, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e a de Ciência, tecnologia e Inovação, sendo articulado com as demais Secretarias do Governo do Distrito Federal, com entes do Governo Federal e com a sociedade civil organizada.

O PDLL está em consonância com o Plano Nacional do Livro e da Leitura - Decreto nº 7.559/2011 - e com o Plano Nacional de Cultura - Lei nº 12.343/2010 - que possui, entre as suas metas, algumas diretamente vinculadas ao livro e à leitura, quais sejam:

- 7ª meta - 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas.
- 9ª meta - Desenvolver ao menos 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural.
- 20ª meta - Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro.
- 29ª meta - 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.
- 32ª meta - 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca

pública em funcionamento.

- 34ª meta - 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.
- 35ª meta - Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.
- 40ª meta - Disponibilização na internet de bens culturais que estejam em domínio público ou licenciados.
- 41ª meta - 100% de bibliotecas públicas e 70% dos museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

O PDLL representa, ainda, uma das principais ferramentas para assegurar os preceitos legais previstos no artigo 246 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura ao cidadão o direito de acesso à cultura. Desse modo, uma medida como a execução de um plano com a abrangência e a importância do PDLL contribui para o combate e a erradicação do analfabetismo; para a qualificação e a inserção dos analfabetos funcionais no mercado de trabalho; e para a diminuição da pobreza e das diversas mazelas sociais, que mantêm o sujeito distante da plena cidadania.

Em se tratando de combate às desigualdades sociais, o PDLL se coaduna ao Plano pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria - que tem como objetivos:

reduzir as desigualdades sociais e promover a superação da extrema pobreza; elevar a qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre; e ofertar serviços públicos voltados às famílias pobres e extremamente pobres; tudo por meio de integração e articulação de políticas públicas e mediante programas e ações dos diversos órgãos do GDF.

Como forma de resgate do processo de construção da consciência crítica e da iniciativa dos órgãos públicos empenhados em sua elaboração e implantação, o documento apresenta, no primeiro capítulo, um breve histórico do processo de estruturação do PDLL, ressaltando a relação com a III Conferência de Cultura do Distrito Federal, o 1º Fórum + Livro + Leitura e as atividades coordenadas pela Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura em andamento.

Em seguida introduz-se a justificativa, com um diagnóstico da situação do livro e da leitura no Distrito Federal, especificando os programas e ações fomentadoras existentes, bem como a realidade das bibliotecas públicas e escolares. Ao se traçar as razões para a construção do Plano, expõe-se a

flagrante necessidade da elaboração de uma política do livro e da leitura para o DF que atenda às cadeias produtiva, criativa e mediadora do livro e da leitura e, também, que estabeleça as condições para que o ideal de uma sociedade leitora se torne realidade.

A terceira parte do documento discorre sobre os princípios que norteiam as ações, objetivos e metas do Plano e, na quarta parte do documento, encontra-se o objetivo central do PDLL. Os objetivos gerais e específicos e as metas são elucidados pelos desdobramentos dos eixos estratégicos, na proposta executiva do Plano.

Os eixos estratégicos que envolvem o Plano são especificados na quinta parte do documento, construídos a partir dos parâmetros definidos pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura, e pelas diretrizes apresentadas no Plano Nacional de Cultura e na III Conferência de Cultura do Distrito Federal.

Por fim, o documento sintetiza os elementos que envolvem a estrutura de implementação do Plano, entre eles, as parcerias; a institucionalização; a gestão de recursos; a avaliação; e os planos de ação.

I. HISTÓRICO DO PDLL

“Os livros são pequenos pedaços do incomensurável”

Stephan Zweig



O PDLL surgiu num momento histórico em que o PNLL é amplamente discutido, em nível nacional, diferentes PLL são elaborados nos diversos Estados e Municípios brasileiros e a partir do desejo de tornar Brasília a Capital da Leitura. A discussão sobre sua elaboração iniciou-se quando a Secretaria de Cultura realizou, entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 2011, a III Conferência de Cultura do Distrito Federal, referendada como instrumento de participação política da sociedade para a formulação das diretrizes que orientaram a consecução do referido documento.

Durante a III Conferência, e nas prévias setoriais e regionais realizadas ao longo dos dois meses anteriores ao evento, promoveram-se debates entre artistas, produtores, gestores, investidores, comunidade e demais protagonistas da cultura do Distrito Federal. Tais atividades organizavam-se em prol da valorização da diversidade de expressão e do pluralismo de opiniões, com proposições estratégicas para o fortalecimento das políticas públicas de cultura dinamizadoras do desenvolvimento sustentável da cidade.

Discutiu-se também a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Cultura do Distrito Federal, bem como a consolidação de um sistema público de gestão cultural, com ampla participação e transparência das ações públicas. Tais ações visam estabelecer

e implementar políticas de médio e longo prazos, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade do Distrito Federal.

As proposições feitas pelos debatedores durante a III Conferência foram sintetizadas num documento final, organizado por meio de eixos, diretrizes e ações. No que diz respeito ao livro e à leitura, a Diretriz 4 do Eixo C, sugere: Idealizar e implantar políticas públicas duradouras, diversificadas e democráticas para o livro e a leitura, por meio da elaboração e aprovação de marcos legais e da implantação de um sistema de ações, com a criação, estruturação e reestruturação de bibliotecas e complexos culturais. (III Conferência de Cultura do DF, 2011).

Tal diretriz norteou a proposição de um conjunto de ações na área, entre elas:

- Criar projeto de lei que institucionalize as bibliotecas públicas e o Plano do Distrito Federal do Livro e Leitura;
- Realizar eventos literários que facilitem a aquisição de livros a baixo custo, ampliando as formas de acesso e garantindo o espaço de divulgação da produção local em todo Distrito Federal e Entorno;
- Fomentar os projetos sociais de leitura, tais como saraus, rodas de leitura, dentre outros;
- Criar o fundo do Distrito Federal e Entorno do Livro e Leitura para fomentar, construir, ampliar, manter e reformar espaços públicos, projetos e programas relacionados ao livro e à leitura, integrando

bibliotecas, escolas, organizações públicas e privadas;

- Ampliar o programa Mala do Livro e capacitar seus agentes, criando pontos de leitura especiais em locais como Metrô-DF, paradas de ônibus (e no interior dos mesmos), hospitais, e estendendo-os às áreas rurais de todo o DF e entorno (III Conferência de Cultura do DF, 2011).

Muitas dessas ações já estão em andamento, o que pode ser verificado em atividades como: o convênio com o Ministério da Cultura para a implantação do projeto Agentes de Leitura (100 agentes para o DF); o Circuito de Feiras nas dez regiões com o menor índice de IDH do Distrito Federal; o Acordo de Cooperação dos Pontos Digitais - SEEDF e SECTI; a recente realização da 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura (Abril/2012); a reforma da biblioteca de Samambaia; a revitalização do Programa Mala do Livro; o projeto de implementação e modernização do Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal; os Circuitos Literários; o Seminário do Distrito Federal do Livro e da Leitura; a adesão aos Programas Olimpíada da Língua Portuguesa e Projeto Trilhas, do MEC; e o convênio com o MEC para o oferecimento de um curso de pós-graduação de Mediadores de Leitura para os profissionais da Educação.

Ainda com o propósito de consolidar as políticas culturais para o livro e a leitura foi criada, no âmbito da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, no início de 2011, a Coordenadoria de Políticas do Livro

e da Leitura. No período, houve a construção da primeira versão do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL), tendo como subsídio para sua composição o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e as diretrizes propostas pela III Conferência de Cultura do Distrito Federal.

Entre as demais ações realizadas pela, então, Coordenadoria encontra-se o 1º Fórum + Livro + Leitura, promovido pela Secretaria de Cultura e Ministérios da Cultura (MinC), da Educação (MEC) e pelo Instituto Pró-Livro (IPL), com a participação da equipe gestora do Plano Nacional do Livro e leitura (PNLL). O Fórum se propôs a ser um canal de comunicação entre o Estado e a Sociedade para discussão dos princípios, diretrizes e objetivos necessários à elaboração e à implementação do PDLL.

Como resultado, houve o lançamento do PDLL e foi assinada, pelos Secretários de Cultura do Centro-Oeste, a Carta Compromisso + Livro + Leitura como documento orientador das políticas públicas para o Livro e Leitura e como contribuição para o desenvolvimento regional nos aspectos culturais e econômicos da região Centro-Oeste. Entre os compromissos traçados, reforça-se a implementação do PDLL, visando

oferecer aos brasileiros que vivem nessa região um elemento indispensável ao pleno exercício da cidadania, respeitando os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para

o desenvolvimento cultural, ambiental e econômico (Carta compromisso dos Secretários de Cultura do Centro-oeste).

1.1. Novos Avanços

A partir de setembro de 2011, foi criada na estrutura da Secretaria de Estado de Cultura do DF a Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura, composta pela Diretoria da Biblioteca Nacional de Brasília e a Diretoria de Políticas do Livro e da Leitura, ambas fundamentais para a consolidação das propostas construídas.

Na Secretaria de Estado de Educação, na mesma direção, criou-se a Gerência do Livro e da Leitura, instância responsável por encaminhar e implementar as ações de livro e da leitura, e, na mesma secretaria, a Gerência de Bibliotecas e Vídeos, subordinada à Coordenação de Mídias Educativas, responsável pela coordenação das bibliotecas escolares.

Para resgatar as contribuições dos grupos de discussão anteriores, propor avanços e elaborar o presente documento, instalou-se, recentemente, sob a coordenação da Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura, um grupo de trabalho - GT - que conta com a participação de órgãos públicos (Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação) e da sociedade civil organizada, composta pelos seguintes representantes: Câmara do Livro; Conselho e Associação de Bibliotecários; escritores, editores e

mediadores de leitura; Universidade de Brasília; Fórum do Livro e da Leitura do DF; Câmara Legislativa; e delegados da III Conferência de Cultura; todos eles atores da cadeia produtiva, criativa e mediadora do livro e da leitura no DF.

O principal objetivo desse Grupo de Trabalho é formular, implantar e consolidar o PDLL, dando a ele a dimensão de uma Política

de Estado que possa transformar Brasília na Capital da Leitura. Para isso, deverão ser elaboradas propostas de programas, projetos e ações continuadas que contribuam para a formação de uma sociedade leitora com condição de promover a inclusão social dos cidadãos, no que diz respeito a bens, serviços, educação e cultura.



II. JUSTIFICATIVA

”Cada um lê a partir do chão que pisa”

Leonardo Boff



O Distrito Federal vive um momento ímpar no tocante às políticas públicas em prol do livro e da leitura. Os esforços do governo, em articulação com a sociedade, para a implementação do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL), por si só, demonstram que esta é a hora para elevar Brasília, e seu entorno, à condição de Capital da Leitura.

Em consonância com as diretrizes fixadas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o presente documento representa o desejo e o empenho de todos os atores culturais e agentes públicos em combater as desigualdades sociais por meio da democratização do acesso aos bens de leitura e aos espaços culturais do Distrito Federal. O PDLL é um importante instrumento para a construção de um novo caminho e suas ferramentas são essenciais para a transformação social, a construção da cidadania e o resgate da dignidade humana.

Este também é o momento para que a sociedade conheça, discuta, contribua e apoie os objetivos, metas e ações aqui propostos. O diagnóstico apresentado a seguir aponta para a necessidade de adoção de políticas públicas de Estado que melhorem os indicadores de leitura no Distrito Federal, razões que justificam a existência deste Plano.

2.1. Retratos do Livro e da Leitura no Distrito Federal

O Distrito Federal (DF) é uma unidade federativa do Brasil diferenciada das demais, pois não é um município, nem um estado, apesar de possuir competência legislativa de ambos. Segundo a Lei Orgânica do Distrito Federal, 1993, capítulo II, art. 10, p. 3 “o Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida”.

Nas 31 regiões administrativas do DF vive uma população de aproximadamente 2,6 de milhões de habitantes, predominantemente

urbana e com alto índice de escolaridade (se comparadas com o restante do país). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Brasília, em relação às outras unidades federativas, se destaca por apresentar 98% das crianças entre 7 e 14 anos frequentando a escola. Segundo a mesma pesquisa, Brasília apresenta o menor índice do Brasil tanto de analfabetos, que é de 8,25%, quanto de analfabetos funcionais, com um índice de 5,5%.

De acordo com o Conselho Regional de Biblioteconomia (2008), o Distrito Federal possui em torno de 1100 bibliotecários atuando na área, e mais de 700 bibliotecas, distribuídas da seguinte forma:

Bibliotecas Especializadas	Públicas	Poder Executivo	82
		Poder Judiciário	17
		Poder Legislativo	6
	Privadas		30
Bibliotecas Universitárias	Públicas		3
	Privadas		46
Bibliotecas Escolares	Públicas		438
	Privadas		58
Bibliotecas Públicas			28
Bibliotecas Comunitárias			6
Total			714

No entanto, apesar do Distrito Federal ser uma das unidades federativas com o maior índice de escolaridade, com o maior número de crianças frequentando a escola e um Produto Interno Bruto - PIB - em crescimento, é notória a ausência de ações políticas de fortalecimento do hábito da leitura, assim como a ampliação do acesso ao livro. A Gerência do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF, por exemplo, aponta que, em 2011, grande parte das bibliotecas públicas encontrava-se em condições precárias de funcionamento, com acervos desatualizados e desorganizados, com números insuficientes de servidores e falta de conexão à internet para o uso do público.

Os índices alarmantes de violência que acometem o DF e, em especial, os jovens urbanos das Regiões Administrativas e Entorno, evidenciam a necessidade urgente de intervenção em áreas estratégicas para a diminuição das desigualdades e exclusão social. Expressar o compromisso com a causa da leitura e da educação significa priorizar investimentos em programas de qualidade de vida, buscando o crescimento sustentável do Distrito Federal e valorizando seu Cidadão.

Para contribuir com a formação de cidadãos leitores, torna-se fundamental unir toda a sociedade na defesa e na popularização da leitura como instrumento de desenvolvimento e de promoção da cidadania, atuando em sinergia com os Princípios Norteadores, as linhas estratégicas e os eixos preconizados pelo PNLL.

O enfrentamento desse grande

desafio requer planejamento, continuidade de ações e compromisso com projetos. As intervenções devem estar centradas no eixo da circulação da cultura e nas transformações de hábitos e atitudes, para que o direito de acesso à leitura possa ser exercido pelo cidadão brasileiro, no âmbito de suas relações familiares, escolares, de trabalho e comunitárias.

Para se compreender melhor a realidade do livro e da leitura no DF, apresenta-se, a seguir, um panorama das políticas do livro e da leitura no DF, sintetizadas a partir do olhar das Secretarias de Estado de Cultura, de Educação, de Ciência, Tecnologia e Inovação e da sociedade civil organizada.

2.1.1 Secretaria de Estado de Cultura

A Secretaria de Estado de Cultura promove o livro e a leitura por meio de diversos projetos, ações e programas, com o objetivo de desenvolver o gosto pela leitura, contribuindo para a inclusão social. Apresentamos a seguir algumas de suas principais propostas.

O Programa Mala do Livro

O Programa Mala do Livro, no DF há mais de 20 anos, contribui para a construção da cidadania, mediante a popularização da leitura e a difusão do uso do livro nas regiões do Distrito Federal e Entorno. Desenvolvido com o objetivo de democratizar o acesso à

informação e à cultura, o programa surgiu em 1990 com apenas duas estantes. O primeiro núcleo atendido foi em Samambaia, criado e coordenado pela bibliotecária Neusa Dourado.

Atualmente, o programa conta com mais de 350 malas e atende cerca de 60 mil usuários entre crianças, jovens e adultos. Trata-se de um programa de extensão de biblioteca que inicialmente se realizava em ambientes domiciliares e hoje atende, também, variados espaços institucionais. É um programa premiado por entidades como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e reconhecido em nível nacional e internacional.

Apesar disso, o programa possui algumas dificuldades estruturais que inviabilizam a completa operacionalização de suas atividades, tais como:

- Ausência de incentivos para os agentes de leitura, que desenvolvem atividades diferenciadas nas comunidades;
- Ausência de apoio técnico e operacional para a construção das caixas-estantes;
- Ausência de apoio logístico para as atividades rotineiras: transporte; material de secretaria; divulgação; entre outros;
- Inexistência de orçamento para aquisição de acervo;
- Escassez de pessoal para apoio e manutenção do projeto.

Bienal do Livro e da Leitura

Outra ação importante organizada pela Secretaria de Cultura nessa direção é a Bienal Brasil do Livro e da Leitura, que

movimenta toda a cadeia do Livro no Distrito Federal com seminários, lançamento de livros, palestras, narração de histórias e exposições diversas.

Foi realizada, recentemente, a 1ª Bienal, com a participação de editoras, distribuidoras, livrarias e órgãos governamentais ligados à leitura e ao livro e com a exposição de 80 mil títulos, incluindo os últimos lançamentos do mercado editorial. A visitação foi estimada em 250 mil pessoas e o público dos shows em mais 210 mil, totalizando 460 mil, entre público geral, estudantes e professores.

Nessa Bienal foram distribuídos cartões de crédito para professores e alunos para aquisição de livros, com valores a partir de R\$ 5,00. Estima-se que, na Bienal, foram negociados R\$ 6 milhões em livros pelo preço médio de R\$ 18 reais, chegando-se ao número de 334 mil livros comercializados em dez dias. (BIENAL, 2012)

Fundo de Apoio à Cultura - FAC

A Secretaria de Cultura conta também com o suporte do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que possibilita a ampliação dos investimentos na área. Em 2011, por exemplo, cinco projetos foram contemplados com recursos públicos no edital “Biblioteca Viva”. Esses projetos estão circulando por 10 Regiões Administrativas do DF e suas bibliotecas recebem, pelo menos, 20 sessões de mediação de leitura e narração de histórias.

De acordo com as estatísticas de 2011, o FAC movimentou cerca de R\$ 48 milhões, sendo o segundo maior fomentador de cultura no Distrito Federal. Para o segmento de literatura (equivalente ao livro e leitura), o recurso previsto foi de R\$ 2,8 milhões.

Contudo, ficou flagrante a reduzida participação de cadastrados para o efetivo investimento na área. De acordo com os dados, das 96 vagas oferecidas para o segmento, somente 44 projetos foram inscritos e, desse total, 15 foram habilitados e contemplados, ou seja, pouco mais de 20% do valor disponibilizado foi devidamente utilizado.

Além disso, conta-se atualmente, no âmbito da literatura, com apenas 174 cadastros válidos para o Fundo de Apoio à Cultura. O desafio a ser vencido refere-se ao aumento do número de cadastros válidos e à formação continuada dos cadastrados para elaboração dos projetos a partir das regras definidas pelo FAC, visando à contemplação de mais projetos e o preenchimento de todas as vagas abertas nos editais referentes à modalidade.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do DF

O Sistema de Bibliotecas Públicas do DF, instituído pelo Decreto nº 17.684, de 18 de dezembro de 1996, é composto por um conjunto de bibliotecas públicas, subordinadas, técnica e operacionalmente, à Subsecretaria de Políticas do Livro e da Leitura, na figura de Gerência do Sistema de Bibliotecas, e, administrativamente, em sua maioria, às Administrações Regionais.

A Gerência do Sistema de Bibliotecas é responsável por planejar, coordenar, integrar e prestar assessoramento técnico às bibliotecas públicas vinculadas tecnicamente à Secretaria de Estado de Cultura. É seu papel, também, planejar, gerenciar e controlar a execução das políticas de estímulo à leitura e de dinamizar o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, além de coordenar e planejar a execução de planos, programas, projetos e atividades voltadas para a implantação e a revitalização de bibliotecas públicas no Distrito Federal.

As próprias bibliotecas públicas, em parceria com a Gerência do Sistema de Bibliotecas da Secretaria de Cultura do DF e com as Regiões Administrativas, realizam, periodicamente, cursos, oficinas e palestras voltadas para toda a comunidade com o objetivo de dinamizar as bibliotecas e propiciar momentos de interação entre a literatura e outras manifestações artísticas.

As bibliotecas públicas do Distrito Federal estão distribuídas geograficamente nas seguintes Regiões Administrativas: Águas Claras, Brasília, Brazlândia, Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Candangolândia, Paranoá, Itapoã, Santa Maria Sul e Sobradinho II.

Com o reconhecimento de Vicente Pires e Fercal como regiões administrativas do DF, somamos dez cidades que ainda não

possuem biblioteca pública, quais sejam: Varjão, Setor de Indústria e Abastecimento, Lago Norte, Lago Sul, Setor Complementar de Indústria Abastecimento, Park Way, Jardim Botânico, Sudoeste/Octogonal, Vicente Pires e Fercal.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, em trabalho conjunto com a Biblioteca Nacional de Brasília, atendeu no ano de 2011 em torno de 526.715 usuários. Dentre todas as bibliotecas, 22 possuem pontos de inclusão digital e metade destes oferece acesso público e gratuito à internet, além de um acervo total composto por 540.000 itens, em média.

De acordo com o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas (MinC/FGV, 2009), o DF possui o segundo maior acervo de livros e os usuários estão em segundo lugar na frequência, em comparação a 4,4 mil municípios. A população de Brasília é a segunda do país que mais frequenta bibliotecas públicas, representando quase o dobro da média nacional, sendo mais da metade do público composta por pessoas que desenvolvem leituras técnicas, ou seja, estudam para cursos ou concursos.

A pesquisa do Ministério da Cultura e da FGV revelou, ainda, que 55% das bibliotecas públicas do Distrito Federal abrem à noite, o que representa mais do que o dobro da média nacional. O DF também é o líder no ranking nacional de acesso à internet, com 85% das bibliotecas públicas com computador.

Mas nem todos os dados são favoráveis. De acordo com a pesquisa, o DF

tem um índice de 0,76 bibliotecas públicas para cada 100 mil habitantes. É a penúltima unidade federativa no ranking, à frente apenas do Amazonas.

Além disso, as bibliotecas que compõem a sistema de bibliotecas do DF existem apenas informalmente, uma vez que sequer estão presentes nos respectivos organogramas das Regiões Administrativas ou da Secretaria de Cultura. Geralmente elas representam o setor da Administração Regional que mais atende à população, em quantidade de pessoas que circulam em suas instalações. Apesar da visibilidade, essas instituições funcionam de forma frágil, apresentando diversos problemas, como, por exemplo:

- Inexistência de profissionais Bibliotecários no quadro de funcionários da maioria das bibliotecas (apenas 6 bibliotecas possuem Bibliotecário no seu quadro de pessoal);
- Inexistência do cargo de Chefe da Biblioteca;
- Inexistência de um quadro de funcionários efetivos, o que contribui para a alta rotatividade de pessoal, afetando a continuidade dos serviços prestados e a capacitação desse pessoal;
- Ausência de sede própria, funcionando na maioria das vezes em espaços cedidos ou alugados;
- Ausência de orçamento destinado à aquisição de livros, manutenção do acervo, e outros materiais demandados pela comunidade;

- Ausência de manutenção do espaço físico destinado à biblioteca;
- Ausência de mobiliário adequado para acomodação dos usuários e de equipamentos necessários para o bom funcionamento da biblioteca.

Uma das propostas da SECULT, nessa direção, é buscar uma aproximação com o Sistema de Bibliotecas da Colômbia, referência mundial na área.

Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles

A Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles integra a estrutura da Fundação Biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura, e tem por missão ser um centro de disseminação de conhecimento que desenvolve serviços e atividades inovadoras que possam servir de referência para outros centros e bibliotecas brasileiras.

Fundada em 20 de novembro de 1970, a Biblioteca já esteve integrada a diferentes órgãos e, nessa direção, já obteve nomes variados. O nome atual surgiu como uma homenagem a sua coordenadora por mais de 28 anos, grande responsável pela consolidação do papel da Biblioteca no cenário das bibliotecas públicas do Brasil. O apelido da biblioteca, também conhecida como BDB, continua sendo, em Brasília, Demonstrativa.

A Biblioteca Demonstrativa é hoje uma instituição com grande inserção na

sociedade, com expressivo número de leitores (em torno de 1.000 por dia), dispõe de mais de 40.000 leitores cadastrados e empresta cerca de 800 livros diariamente, perfazendo um total de quase 300.000 usuários por ano.

Desde sua inauguração funcionando no mesmo prédio, atende toda a comunidade do Distrito Federal e dos municípios circunvizinhos de Minas Gerais e Goiás. Reunindo esforços para interagir com esse público e atender suas demandas, a Demonstrativa empenha-se em realizar projetos diversificados dirigidos não somente ao incentivo à leitura, mas também à promoção de ações culturais, de inclusão digital e democratização do acesso à informação.

A instituição promove inúmeros eventos culturais onde artistas, músicos e escritores apresentam e divulgam suas obras no espaço da biblioteca em projetos, lançamentos de livros, palestras e em variadas atividades culturais. Ao mesmo tempo, outras atividades de incentivo à leitura são realizadas pelos próprios servidores que pesquisam e organizam exposições temáticas sobre autores, datas comemorativas, realizam concursos e escrevem e contam histórias.

Soma-se a isso a atuação da Demonstrativa no atendimento (presencial e à distância) a estudantes, profissionais e pesquisadores de diversas áreas, em especial aqueles relacionados às áreas de bibliotecas, livros, leitura e literatura.

Cabe ainda ressaltar que, em um esforço conjunto com professores voluntários e agregando a interação com a comunidade em duas frentes, a Demonstrativa desenvolve o projeto Tira-Dúvidas. Por um lado, estabelece uma estratégia do voluntariado, e por outro, oferece um serviço de tutoria individual a seus usuários.

Em 2002, a Demonstrativa lançou o cadastro dos Escritores de Brasília, com depósito de obras produzidas no Distrito Federal. No mesmo período, também foi implementado o projeto de informação à comunidade, que produz um banco de dados sobre Brasília, Distrito Federal.

As Regiões Administrativas do DF

Cada uma das 31 Regiões Administrativas (RAs) do DF possui, na sua estrutura, um Gerente de Cultura, responsável por desenvolver atividades culturais variadas, entre elas, aquelas relacionadas ao livro e à leitura.

Saraus literários, por exemplo, são atividades comuns em RAs como Gama, Guará, Samambaia e Taguatinga. Sobradinho e Taguatinga possuem uma feira do livro histórica que mobiliza a cidade. Exposições, lançamentos de livros e sessões de cinema na biblioteca também são atividades comuns em cidades como Planaltina, Samambaia, Sobradinho e Taguatinga.

Além dessas atividades, pode-se apresentar as seguintes: na Candangolândia, costuma-se fazer distribuição gratuita de

livros nos eventos culturais da cidade; o Guará disponibiliza uma estante de livros para empréstimos na Feira do Guará e vem organizando uma Coletânea Poética dos autores do Guará; o Núcleo Bandeirante organiza, periodicamente, a Semana do Livro Infantil; a Samambaia oferece a Oficina do Riso, na biblioteca da cidade; e Taguatinga desenvolve muitos projetos de leitura, entre eles cursos em parceria com a Regional de Ensino de Taguatinga e o Projeto Biblioteca na Rua, quando estantes de livros são disponibilizados para a comunidade em feiras e praças da cidade.

Considera-se que, para fazer de Brasília capital da leitura, tais atividades precisam ser ampliadas tanto em quantidade como em variedade, visando atingir mais espaços nas RAs do DF e alcançar mais horas de funcionamento.

2.1.2. Secretaria de Estado de Educação

O PDLL concebe a leitura como uma prática emancipadora que não se esgota no momento em que se lê, mas se expande por todo o processo de compreensão que antecede e sucede o texto. Libertadora, a leitura não se resume à decodificação de letras, mas pressupõe habilidades cognitivas e metacognitivas que incluem a capacidade de selecionar, hierarquizar e interpretar ideias. A leitura plena propicia habilidades como: estabelecer analogias; perceber o aspecto polissêmico da língua; construir inferências; combinar conhecimentos

prévios com a informação textual; alterar as previsões iniciais; e refletir sobre o que foi lido. Sendo assim, a leitura amplia a capacidade de realizar julgamentos e conclusões sobre ideias expostas (BORTONE E MARTINS, 2008).

Na mesma direção, o Plano reconhece que a literatura ultrapassa as possibilidades humanas e, ao mesmo tempo, humaniza o que parece desumano. Isso porque propõe a

multiplicidade de visões e de sentidos, assinala as contradições sem ser autoritária. E ainda, como instrumento de emancipação, a literatura restaura o espaço da dúvida, da provocação e da subjetividade, além de modificar as percepções e romper com o automatismo, suscitando a interferência do leitor quando este experimenta os espaços infindáveis oferecidos pelo texto (CANDIDO, 1995).

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da



Educação entende que a política educacional deve considerar o letramento como uma empreitada para além da alfabetização. Se a escrita se apresenta na sociedade em situações diversas, entender o complexo processo da leitura é ser, cada vez mais, não apenas leitor, mas participe da construção humana. Um leitor maduro percebe mais claramente os avanços que uma sociedade democrática oferece, e entende como seus direitos não só os relacionados à sobrevivência, mas, também, aqueles que envolvem a arte e a cidadania plena. Em outras palavras, o que aqui se defende é o direito à leitura, a qualquer leitura, sem censuras, sem encobrimentos.

No que se refere à literatura, a SEEDF considera, em consonância com o pensamento de Cunha (2002), que a escola precisa promover a presença da literatura

na vida das crianças e dos adolescentes, como o espaço de criar e recriar a realidade. Privilegiar o texto literário, portanto, deverá ser o foco da escola, uma vez que ela representa um espaço oportuno para desenvolver leitores e escritores.

Imbuída dessas concepções, a SEEDF desenvolve diferentes projetos relacionados ao incentivo à leitura e à formação de leitores. Tais projetos, listados na tabela abaixo, são elaborados, implementados, acompanhados e avaliados pelas diversas Subsecretarias desta Secretaria de Estado. Além desses, cada Unidade de Ensino planeja e realiza seus próprios projetos que, inspirados no Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota, devem contemplar o livro, a leitura, a literatura, a formação de leitores e os Eixos deste PDLL.

Nº	Plano/ Programa/ Projeto	Objetivo do Plano/ Programa/ Projeto
01	Programa Coleção Multimídia Conhecer	Desenvolver habilidades de leitura, produção de textos e cálculos matemáticos.
02	Leitor de Livros para Alunos com Dependência Visual	Prover as bibliotecas escolares de equipamentos e computadores para a leitura e gravação de livros e materiais didáticos para os alunos com deficiência visual.
03	Programa Nacional do Livro Didático - PNLD/MEC	Prover as escolas com livros didáticos, dicionários e obras complementares.
04	Programa Nacional das Bibliotecas Escolares - PNBE/MEC	Democratizar o acesso às fontes de informação, fomentando a leitura e a formação dos professores.
05	Projeto Caixa Estante	Possibilitar, por meio de uma estante, acervo bibliográfico às instituições escolares, salas hospitalares e salas de presídios.

06	Programa LER	Implementar o software LER - ferramenta de organização sistematizada do acervo bibliográfico.
07	Projeto Correspondência: Lá Vem Histórias	Tornar a leitura como objeto de ensino por meio do acervo sistematizado organizado.
08	Projeto Painel Folclórico	Fornecer material didático pedagógico para que o aluno leitor conheça a sua cultura e suas raízes, através de fábulas, parábolas, contos, mitos, lendas, etc.
09	Projeto Leitor e Criador	Implementar Programa de Leitura, privilegiando a presença dos produtos da cultura letrada do DF, prioritariamente nas 316 escolas que ofertam Educação Integral; Promover o Encontro dos autores/ilustradores do DF com seus leitores; Formar os alunos das escolas de Educação Integral como leitores da literatura produzida no DF.
10	Festivais Literários	Estimular as práticas de leitura desenvolvidas pelos profissionais nas escolas. Realizar culminância das ações de leitura desenvolvidas nas escolas em festivais literários.
11	Projeto Trilhas - MEC	Estimular o universo dos alunos de 1º ano do EF a incorporar a leitura e a escrita, com maior acesso à literatura infantil, fornecendo subsídios teóricos e práticos aos professores.
12	Olimpíada de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro - MEC	Envolver os professores em um processo de formação continuada para o ensino da língua, despertando nos estudantes o interesse e o prazer pela leitura e a escrita.
13	Workshop de Capacitação: A Literatura Poética de Vinicius e Drummond	Formação continuada de (257) professores das áreas de linguagens/ humanidades do EM, de EJA e das séries finais do Ensino Fundamental, sobre a obra literária de Vinicius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade.
14	DF: Alfabetizado	Alfabetizar jovens, adultos e idosos e incentivar a continuidade dos estudos na rede pública de ensino.
15	Projeto Xilogravura e Literatura de Cordel	Promover a disseminação da xilogravura e da literatura de cordel nas escolas da rede de ensino do DF.
16	Circuito de Bibliotecas e Vídeos	Estimular as práticas de leitura desenvolvidas pelos profissionais nas escolas, com a culminância das ações de leitura desenvolvidas nas escolas.
17	Seminário do Livro e da Leitura do Distrito Federal	Promover o fomento às práticas sociais da leitura, criando consciência sobre o valor social do livro e da leitura. Apresentar o PDLL.
18	Convênio para formação profissional e compra de livros para o sistema prisional	Propiciar formação continuada específica para docentes do sistema prisional e compor acervo bibliográfico para desenvolvimento de trabalho pedagógico mais amplo.
19	SECADI - Livro Acessível	Apoiar as escolas públicas (Ensino Fundamental - anos finais - e Ensino Médio) de educação básica na produção de Recursos pedagógicos para o desenvolvimento de práticas educacionais.
20	Projeto: Brasil, um país plural	Promover o trabalho de pesquisa histórica, cultural e social com vistas à efetivação de projetos de trabalhos, atividades e procedimentos de inserção da questão inter-racial nas escolas da SEEDF

A SEEDF propõe a ampliação dos tempos e espaços de leitura nas escolas e na comunidade. Cabe repensar o planejamento de novos espaços de leitura, a revitalização e a construção de bibliotecas. Há a necessidade de dotá-las de livros informativos, literários, revistas, jornais e suportes midiáticos.

Acredita-se que a biblioteca pode e deve ser um lugar privilegiado para o ambiente real de letramento e, com isso, favorecer a formação dos alunos. A discussão democrática do PDLL no âmbito da SEEDF corrobora a necessidade urgente de reparar problemas históricos como a falta de recursos humanos qualificados para suprir a totalidade das bibliotecas escolares. Urge valorizar o livro, a leitura e a literatura no campo educacional.

Bibliotecas Escolares

A SEEDF administra um total de 630 escolas, sendo que, desse quantitativo, 438 possuem bibliotecas escolares, totalizando quase 300.000 livros em seu acervo. Além disso, a Secretaria possui: duas bibliotecas setoriais - a Biblioteca Setorial 108/308 sul e a Biblioteca Infantil 104/304 sul; e sete bibliotecas comunitárias, distribuídas em todo o DF. São elas:

- Biblioteca Gisno - Plano Piloto
- Biblioteca Comunitária Érico Veríssimo - Brazlândia
- Biblioteca Monteiro Lobato - Planaltina
- Biblioteca Rui Barbosa - Sobradinho
- Biblioteca Cora Coralina - Ceilândia

- Biblioteca JK - Guará
- Biblioteca Cecília Meireles - Taguatinga

O atendimento em todas essas bibliotecas é feito por um número aproximado de 1000 profissionais, sendo a maioria deles professores readaptados ou de carreiras extintas. Desse total, 08 professores são formados em biblioteconomia e, além deles, existem 02 bibliotecários atuando na área na rede pública.

As bibliotecas escolares da SEEDF são, hoje, geridas pela Gerência de Bibliotecas e Vídeos (GEBIVI), sob a Coordenação de Mídias Educacionais (COMIED), da Subsecretaria de Modernização e Tecnologia (SUMTEC).

O setor existe desde 1978, quando foi criado o Núcleo de Telecomunicações (NUTEL) por um projeto do então embaixador Vladimir Murtinho. Mais tarde, o NUTEL transformou-se no Centro de Recursos Tecnológicos (CRT), incorporando, finalmente, as diversas linguagens - audiovisuais e impressas - que contribuem diretamente para a aprendizagem dos alunos. O Núcleo de Bibliotecas e Livro Didático (NUBI), reorganizado como Seção de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (SEBEC), posteriormente como Gerência de Tecnologias Educacionais (GTEC), e que atualmente corresponde à GEBIVI, foram e são as instâncias responsáveis pelas políticas públicas relativas ao livro e às bibliotecas públicas escolares.

Em seus 34 anos (trinta e quatro) de existência, vários projetos de estímulo à leitura e à formação de leitores foram

desenvolvidos; muitos deles durante mais de uma década, outros por alguns anos. Os projetos principais foram: Caixa-Estante; Carro-Biblioteca; Leitura Ao Ar Livre; Leitor & Criador; Feira De Troca De Livros; Livro De Cara Nova; Leitura Pra Mim, Pra Você, Pra Todo Mundo; e Ler é Legal.

Orientações pedagógicas foram criadas para organizar este espaço tão importante da escola e normatizar aspectos ligados à modulação de pessoal. Inúmeros cursos de formação foram oferecidos em parceria com as Oficinas Pedagógicas e a EAPE, a exemplo do curso “A arte de contar histórias”. Infelizmente, apesar de esforços despendidos neste sentido, por ausência de uma política de pessoal para atuar nestes espaços, ainda há inúmeras bibliotecas fechadas e outras nas quais atuam profissionais sem nenhuma formação.

A COMIED, que abarca o setor de bibliotecas e vídeos, se propõe a ofertar programas educativos e executar projetos na perspectiva do letramento, tendo em vista a urgente necessidade de formar educadores para uma sociedade impregnada de diferentes linguagens (verbal e não verbal, ou seja, a linguagem escrita e a audiovisual). A COMIED considera que, para que seja possível a democratização do acesso à leitura e de seus suportes, é fundamental proporcionar a todas as classes sociais o acesso aos variados códigos, possibilitando, assim, o contato com diferentes formas de interação e prática cultural.

O trabalho com as novas mídias e

linguagens na biblioteca e na escola passa a ser encarado, então, como desafio e como um grande potencial a ser explorado. Esse trabalho envolve a criação e a diversificação de recursos metodológicos para o ensino de determinados conteúdos e de uso de ferramentas tecnológicas e educacionais, os quais permitem a consecução de determinados objetivos postos no currículo da SEEDF.

2.1.3. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF possui dois programas vinculados diretamente ao livro e à leitura. O primeiro deles é um programa de inclusão digital e social, denominado Ponto DF, que tem como objetivo central oportunizar a inclusão social e digital, por meio da formação técnico-profissionalizante dos cidadãos do Distrito Federal e Entorno.

Trata-se da implantação de uma rede com 450 centros de inclusão, com estações de treinamento e infraestrutura adequados, distribuídos a partir da seguinte arquitetura:

- Ponto DF Padrão: unidades implantadas nas comunidades com o objetivo da formação de competências e habilidades;
- Ponto DF Escola: unidades implantadas nos laboratórios das escolas da rede pública, com o objetivo de promover a modernização;
- Ponto DF Inovação: unidades implantadas nas comunidades e associadas à

Universidade para a geração de conhecimento e inovação;

- Ponto DF Móvel: unidades itinerantes para atendimento às comunidades rurais e eventos.

Todo o processo de aprendizado e acompanhamento da formação dos participantes é operacionalizado por meio do ambiente tecnológico formado por: aulas presenciais; cursos interativos virtuais; ferramentas de interatividade; cursos de ensino a distância; sistema de gestão de conteúdos e pedagógica; webconferências; metodologias de ensino específicas; e capacitação plena e continuada do pessoal envolvido no processo.

Pretende-se oferecer à população do DF (especialmente às comunidades mais carentes, aos alunos da rede pública de ensino e seus familiares, à população economicamente ativa, ao segmento da terceira idade, ao funcionalismo público e aos portadores de necessidades especiais):

- Acesso às novas tecnologias como os tablets e smartphones, que estarão disponíveis exclusivamente nos pontos de atendimento;
- Acesso a serviços inovadores, tais como computação em nuvem, e-mail, redes sociais e multimídia;
- Estímulo ao envolvimento dos alunos com a informática e atividades lúdicas, com a finalidade de vencer dificuldades de aprendizagem;
- Acesso aos serviços on-line do Governo do Distrito Federal e Governo Federal.

Atualmente, o Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal conta com 22 bibliotecas que possuem pontos de inclusão digital, além da Biblioteca Nacional de Brasília. São espaços de tecnologia criados no interior das bibliotecas, equipados com computadores e com acesso à internet, que diversificam as fontes de acesso à informação e fazem da biblioteca um lugar de múltiplos meios de leitura.

Desde que foram abertos, esses pontos de inclusão tornaram-se verdadeiros fatores de atração de público para as bibliotecas. Em 2011, registrou-se que 128.736 pessoas foram às bibliotecas para usar o que esses pontos de inclusão digital e social ofereciam.

No entanto, muitos desses centros de inclusão foram encontrando problemas devido às ações do tempo, da falta de manutenção e de gestão. Computadores deixaram de funcionar e alguns centros perderam acesso à internet. Hoje, mais de 65% dos pontos de inclusão estão desativados, sendo que, das 22 bibliotecas contempladas com os pontos de inclusão, apenas 8 possuem acesso à internet para o uso público.

Este é o quadro que se pretende transformar. O programa Ponto DF visa atender todas as 26 bibliotecas públicas do Distrito Federal, criando pontos de inclusão digital e social onde eles ainda não existem, fazendo funcionar os que estão desativados e melhorando os que já funcionam.

O outro programa oferecido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia

e Inovação refere-se ao Projeto Biblioteca Digital DF (BDDF), que tem como objetivo a inserção em formato digitalizado e a indexação de todos os documentos, relatórios, publicações, livros, revistas, artigos, além de fotos e de vídeos que relatam a história do Distrito Federal nas mais diversas esferas.

Para tanto, foram contratados serviços de digitalização e indexação de documentos de papel e microfilmes, o que compreende a organização prévia, higienização, classificação e rearquivamento dos documentos, que serão parte integrante dos serviços de digitalização.

Para o processo seguinte, firmou-se um acordo de cooperação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), responsável pelo fornecimento e configuração do software livre denominado D'space, utilizado como plataforma da Biblioteca Digital do DF.

A execução do projeto obedece às seguintes fases:

- Fase 1 - Instalação dos equipamentos e adequação do espaço onde serão prestados os serviços nas dependências indicadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal.
- Fase 2 - Digitalização e Indexação - Momento em que serão digitalizados os documentos definidos pela SECTI e disponibilizados para a Biblioteca Digital do Distrito Federal que compreende a organização, higienização, ordenação dos documentos de arquivo que serão

digitalizados e inseridos na plataforma da Biblioteca Digital do DF.

- Fase 3 - Rearquivamento dos documentos digitalizados na forma e local indicados pela SECTI sob a orientação do Arquivo Público.

O armazenamento das vias originais deverá permanecer nas dependências onde se localiza o acervo, sendo o conteúdo digitalizado entregue à SECTI, em mídia móvel, para posterior inserção na plataforma da Biblioteca Digital do DF.

Já está em andamento a digitalização do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) e em estudo a digitalização do acervo do Memorial JK e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

2.1.4. Sociedade Civil Organizada

O Distrito Federal apresenta, ainda, por meio da sociedade civil organizada, inúmeros projetos e ações destinados à promoção do livro e da leitura. Entre os diversos promotores dessas ações, destacam-se representantes da sociedade civil, tais como: cadeia produtiva, criativa e mediadora do livro e da leitura; Universidade de Brasília; Fórum do Livro e da Leitura; e bibliotecários do DF, representados pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB1) e pela Associação dos Bibliotecários do DF (ABDF).

Cadeia Criativa do Livro e da leitura

A cadeia criativa do livro e da leitura é a reunião dos autores (escritores,

ilustradores) e leitores, com o intuito de garantir condições para a geração de novos livros. Sendo assim, seu objetivo principal é a criação do livro. No DF, essa cadeia é representada, prioritariamente, pelo Sindicato dos Autores (fundada em 1979), considerada a maior entidade literário-cultural do Centro-Oeste.

Essa instituição, que teve como primeiro presidente o escritor e advogado Antônio Carlos Osório, Presidente da Academia Brasileira de Letras, conta com associados de todos os estados do Brasil e alguns do exterior. Entre seus membros destacam-se escritores e poetas premiados, jornalistas e intelectuais de expressão na cultura nacional.

Em 33 anos de existência, pela primeira vez, o Sindicato dos Escritores tem uma Sede Provisória, o que permite desenvolver projetos mais ousados, capazes de aproximar a literatura de seu público. Entre esses projetos, pode-se destacar:

- Emissão de ISBN, serviço oferecido a seus associados;
- Convênio com duas livrarias da cidade para expor os livros dos escritores do DF em lugar de destaque, com comissão de venda menor do que aquela praticada por outras livrarias (Estante do Escritor Regional);
- Evento “Noites Literárias”, encontros regulares entre escritores e apreciadores da literatura;
- Redução da tarifa postal para o envio de livros pelos Correios, trabalho em processo de implantação.

Cadeia Mediadora do Livro e da Leitura

A cadeia mediadora é voltada para a formação do leitor, numa perspectiva de amplo acesso à fruição simbólica e de promoção da cidadania, mediada pela cultura e pela arte. Andrade (2012) desenvolveu uma pesquisa no DF procurando identificar e evidenciar a presença de contadores de histórias e suas práticas no DF. Em suas considerações finais, a autora afirma:

Ouvir e contar histórias são direitos de todos os homens, e este direito precisa ser estimulado em nossa sociedade individualista. É certo que todas as pessoas, indiferentemente de idade, raça ou gênero, podem e devem ouvir e contar histórias, compartilhar memórias, questionar, duvidar e recontar a História.

É preciso valorizar as diferenças, saber ouvir e contar, despertar a consciência crítica e estimular o direito de recordação. O que está escrito partiu das experiências adquiridas pelos homens ao longo dos tempos da existência humana. Os livros acumulam esta sabedoria e ao lermos aprendemos sobre esta existência e adquirimos a riqueza do conhecimento humano em toda a sua diversidade. Muitas vezes os programas de incentivo à leitura esquecem que a fonte à qual recorrem os escritores quase sempre partiu da oralidade. Talvez a valorização da oralidade possa aproximar o não leitor do mundo da leitura (ANDRADE, 2012, p. 132-135).

Tendo tais princípios como base, o DF possui inúmeros projetos de mediação em andamento, dentre os quais, destacam-se:

- A Boneca Bela Aparecida - Sobradinho
- Arte no Stela - Taguatinga
- Arte, Cultura e Vida - Samambaia
- Baú de Histórias - Brasília
- Bolinha de Sabão explodiu na imaginação - Brasília
- Brincando de Biblioteca com Programa Literário - Brasília
- Café com Letras - Planaltina
- Chazinho da vovó e o vovô - Ceilândia
- Chocolate Literário - Ceilândia
- Ciranda dos Livros - Taguatinga
- Clube do Livro - Brasília
- Cultura no ônibus - Sobradinho
- Descobrimo o encanto da leitura - Sobradinho
- Escola Peripatética: Educação Patrimonial- Brasília - Museu e Arte a céu aberto - Brasília
- Eu conto, você conta, nós lemos - Brasília
- Farmácia das Letras - Recanto das Emas
- Hemerotecas Criativas - Brasília
- Jornal e Educação - Brasília
- Ledor Interativo - Taguatinga
- Leitura: uma janela aberta para o mundo - Taguatinga
- Lendo somos incríveis - Santa Maria
- Ler e Criar - Taguatinga
- Ler e escrever, alegria e prazer - Varjão
- Luz & Autor em Braille - Taguatinga
- Manhã e Tarde cultural - São Sebastião
- O livro na rua - Brasília
- Os Craques da Educação Fiscal - Taguatinga
- Poesia de Liquidificador - Brasília
- Projeto Leitura para todos - Brasília
- Reinventando a Biblioteca - Taguatinga
- Roedores de Livros - Ceilândia
- Solidários da Visão - Taguatinga
- Teatro Infantil em ação - Brasília

Cadeia Produtiva do Livro e da Leitura

A cadeia produtiva reúne editores, distribuidores e livreiros visando o fortalecimento da participação do livro na economia criativa, como setor capaz de gerar trabalho e renda.

A Câmara do Livro de Brasília, surgida em 1982, é a principal representante desse segmento no DF. Por meio dela, a cidade já foi contemplada com 30 Feiras do Livro, atingindo uma faixa de 500.000 visitantes. Reconhecida como a segunda feira de livros mais antiga do país (perdendo apenas para Porto Alegre), a Feira do Livro de Brasília já abrigou, por mais de uma vez, o Encontro Nacional dos Escritores.

Segundo a Câmara do Livro de Brasília, o DF possui cerca de 150 livrarias (distribuídas entre livrarias de rede, escolar, religiosa ou universitária), 15 distribuidores de livros e seis editoras.

Apesar do número alentador, a Câmara do Livro de Brasília alerta para o fato de que o DF está vivendo um momento difícil na área e muitas livrarias reconhecidas da cidade estão sendo fechadas. Sugere, então, algumas estratégias pontuais de apoio do Governo, tais como:

- Isenção de IPTU para livrarias;
- Empréstimos financeiros a baixo custo para o mercado;
- Apoio de programas do FAC à cadeia produtiva do livro e da leitura.

A Câmara do Livro considera ainda

que as livrarias deveriam ser reconhecidas como pontos turísticos, elevando a estatura cultural da cidade, como pode ser observado, por exemplo, em Buenos Aires, com a Livraria Atheneu. Nesse sentido, considera que tais ações podem representar importante movimento em direção à construção de Brasília, Capital da Leitura.

A Biblioteconomia na Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília (UnB) surgiu em 1962, com o propósito a busca e a defesa de uma nova maneira de estudar, de compreender o mundo, a partir de uma visão macro, global, de lidar com a complexidade organizada e com as ideias comuns às várias disciplinas. Para isso, o Plano Orientador da Universidade de Brasília de 1962 estabelecia o funcionamento integrado de oito institutos centrais e de sete faculdades, sendo uma delas a Faculdade de Biblioteconomia.

Nestes 50 anos, a Biblioteconomia passou por vários nomes e status, atualmente fazendo parte da Faculdade de Ciência da Informação, composta pelos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e de pós-graduação, com o Mestrado e o Doutorado em Ciência da Informação.

Em 1967, a Biblioteconomia formou a sua primeira turma, com 11 bibliotecários. As turmas atuais são de 40 alunos por semestre e, até o momento, mais de 2000

bibliotecários foram formados pela UnB.

Um dos maiores desafios desta área é fazer com que a sociedade entenda o papel da Biblioteca e seu poder transformador, por ser um espaço de ação pedagógica que pode propiciar o entendimento do complexo ambiente informacional da atualidade. Essa compreensão poderá se dar por meio do processo de letramento informacional e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento dessa competência tão fundamental nos dias atuais e da capacidade crítica dos cidadãos.

Passados estes 50 anos de criação da UnB e da Biblioteconomia, o reconhecimento da importância da Biblioteca na formação do indivíduo exige de todos nós, profissionais da área e do Governo, que se implante um sistema, com uma rede de bibliotecas públicas e escolares no DF, utilizando de todas as ferramentas que a Tecnologia da Informação disponibiliza, e que seja capaz de levar a informação e o conhecimento a todo o Distrito Federal, atendendo à demanda dos usuários onde estiverem e propiciando-lhes a condição de exercerem sua cidadania.

Fórum do Livro e da Leitura do DF

O Fórum do Livro e da Leitura do DF é uma conquista recente do segmento em Brasília. Apesar de ter um número expressivo de pessoas envolvidas com o livro e a leitura (bibliotecários, escritores, editores, livreiros, mediadores, professores, etc) e de entidades voltadas para a melhoria das condições de trabalho das categorias

profissionais e do setor como um todo, a história da integração das áreas e agentes é incerta e dispersa, sendo uma das tarefas do Fórum, justamente, o resgate dessa história.

Uma primeira integração dos vários atores foi feita no período de preparação da III Conferência de Cultura do DF, no primeiro semestre de 2011. Durante três meses, foram feitas várias reuniões e trocadas muitas mensagens eletrônicas com o objetivo de serem estabelecidos metas e planos mínimos de execução, de modo a orientar o GDF nas políticas a serem adotadas para a área do livro e da leitura. Uma das orientações defendidas na conferência reivindicava, inclusive, a construção do PDLL, agora em processo de finalização.

Neste segundo semestre de 2012, por iniciativa da Secretaria da Cultura e dando prosseguimento às conversas iniciadas na III Conferência, foi eleita uma comissão de articulação do Fórum. Após duas reuniões de preparação, onde foram definidas as diretrizes do mesmo, no dia 25 de setembro o Fórum se constituiu, tendo sido empossadas três comissões ou GTs (de comunicação, com 5 membros; de mobilização de ações, com 11 membros; e de acompanhamento de financiamentos e orçamento, com 7 membros). Esses três grupos devem trabalhar até março de 2013, quando outra forma de organização e novos membros dos GTs serão eleitos, objetivando uma maior participação da sociedade civil organizada nas decisões e ações a serem definidas e executadas na área do livro e da leitura.

Outros Projetos

Entre outros projetos sociais criados e conduzidos pela própria sociedade estão, entre outros, as Casas do Saber, apoiadas pela Rede Gasol, cujo projeto consiste na arrecadação de livros doados pela população do Distrito Federal para montagem das bibliotecas na região, tendo por objetivo difundir o conhecimento, proporcionar o lazer, ensino e pesquisa, levando em consideração a situação socioeconômica, a vontade e os interesses da comunidade.

O trabalho de seleção e organização por assunto é voluntário e conta com a participação de bibliotecários, auxiliares de biblioteca, agentes da Mala do Livro e a assistência técnica da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal - ABDF e Conselho Regional de Biblioteconomia - CRB. As primeiras unidades foram criadas em 2007 e o projeto atingiu 100 unidades em 2011, com atuação em diferentes regiões administrativas e comunidades rurais.

Promovido pela ONG Açogue Cultural T-Bone, e contando com o apoio do Banco do Brasil e da Petrobrás, o projeto Parada Cultural disponibiliza 80 stands de livros para empréstimos em paradas de ônibus de Brasília, algumas com acesso à internet sem fio (wi fi).

O projeto visa democratizar o acesso e incentivar o hábito da leitura dos usuários do transporte coletivo, cuja grande maioria é moradora de cidades vizinhas de Brasília e não frequentam bibliotecas. As estantes estão instaladas nas próprias paradas de ônibus de toda Avenida W3 Norte em Brasília

e qualquer cidadão pode pegar o livro que desejar sem a exigência de documentos nem preenchimento de cadastro.

Muito importantes também para o acesso da população à obra de arte literária entre outras formas de arte, os saraus, organizados por agentes culturais da própria sociedade civil, estão ganhando cada vez mais destaque na programação cultural do DF. Sua grande relevância vem do fato de que portam a expressão cultural da cidade e abrangem um grande número de pessoas. Entre eles, podemos citar:

- Sarau Complexo - Samambaia;
- Sarau Coletivo Radicais Livres Sociedade Anônima - São Sebastião;
- Quantas Intenções: Coletivo de Poesia - Ceilândia;
- Tribo das Artes - Taguatinga;
- Sarau da Câmara dos Deputados - Espaço Cultural Zumbi dos Palmares.

Outro elemento importante para a democratização do acesso ao livro e à leitura diz respeito à inclusão das pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, um trabalho que deve ser destacado é o da Biblioteca Braille Norina Nowill, de Taguatinga, DF. A população com deficiência visual tem acesso no espaço da Biblioteca a acervo de livros em Braille, em áudio, aulas de Braille, reforço escolar, e apoio aos estudos para os leitores que precisam de ajuda para se prepararem para processos letivos. Ali também está sediado o ponto de leitura “Brincando de Biblioteca”, organizado pela professora Dinorá Couto

Cançado, que promove saraus entre frequentadores e escritores brasileiros, tendo já ganhado diversos prêmios na área de promoção de leitura.

Mas, apesar do quadro acima parecer bastante alentador, ainda não há ações realmente efetivas de promoção da leitura que deem conta do tamanho do Distrito Federal, e nem da escassez de bens culturais a que está submetida a maioria de nossa população.

O Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura se propõe a apoiar os projetos existentes e, também, promover a ampliação do sistema, de modo a possibilitar a inclusão social por meio da prática leitora. Sendo assim, pensar a multiplicação de equipamentos culturais, bem como

políticas públicas de incentivo à leitura, é buscar que os direitos culturais e a cidadania prevaleçam como condição de dignidade humana.

As informações aqui apresentadas contextualizam e justificam a proposição de um Plano Distrital nos moldes apresentados. No entanto, os princípios que conduzirão os programas, projetos e ações que compõem o PDLL precisam ser especificados, uma vez que eles definem a tomada de posição conceitual em relação ao livro e à leitura. No capítulo a seguir, apresentam-se tais princípios, sintetizados a partir do Plano Nacional do Livro e da Leitura.



III. PRINCÍPIOS NORTEADORES

“Desde o começo, na prática democrática e crítica, a leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas.”

Paulo Freire



Os princípios norteadores do PDLL representam os pressupostos básicos sobre os quais o Plano se assenta, tendo sido construídos e sintetizados a partir dos princípios expressos no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) e nas concepções teóricas explicitadas por Paulo Freire. São eles:

Leitura e Escrita como Práticas Sociais e Culturais

A leitura e a escrita são a expressão do esforço de interpretação dos amplos contextos da vida e a manifestação da diversidade humana, são partes distintas, mas inerentes a um mesmo fenômeno.

Cidadania e Direitos Humanos

A leitura e a escrita são direitos de todos e constituem condição necessária à construção de uma sociedade democrática e plural, asseguradora do exercício dos direitos fundamentais e promotora de cidadania.

Diversidade Cultural

A leitura e a escrita são fundamentais para desenvolver plenamente o potencial de expressão dos indivíduos, bem como a liberdade para fazê-lo, favorecendo toda a sorte de intercâmbio cultural, o alcance de níveis educativos mais elevados, e o desenvolvimento social e econômico.

Construção de Sentidos

A leitura é concebida como um ato criativo de construção de sentidos, que vai muito além da mera capacidade de decifrar os códigos da escrita e os caracteres. É, na verdade, um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis de ordem social, psicológica, fisiológica, linguística, entre outras.

O Verbal e o Não-Verbal

A palavra escrita possui importância central, contudo, não é desconsiderada a validade de outros códigos e linguagens, como as da tradição oral e das novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

Tecnologias e Informação

A leitura precisa ser tratada dentro do diálogo com as variadas tecnologias de gravação, entre as quais está situado o livro. A maneira adequada e fecunda de difundir a leitura no Distrito Federal é aquela que considera não somente os meios “tradicionais”, mas também as diversas tecnologias de informação e comunicação, promovendo-se, assim, a multiplicação das possibilidades de difusão da leitura e da informação. Nesta perspectiva, as questões referentes aos direitos autorais, aos direitos de acesso e à inclusão digital ganham centralidade.

Biblioteca como Dínamo Cultural

A biblioteca assume a dimensão de ser um dinâmico polo difusor de cultura e informação, aqui compreendida como um

lugar cujo significado vai muito além de um simples depósito de livros ou uma mera sala de leitura. Ela deve existir enquanto centro de educação continuada, núcleo de lazer, lugar de cultura, incentivando a perene criação e a completa fruição dos diversos bens artístico-culturais.

Literatura

É extenso o universo de possibilidades de textos que podem servir ao trabalho com a leitura. No entanto, os textos literários atraem sobre si uma atenção especial devido ao enorme potencial de contribuição para a formação do leitor. A literatura é capaz de atender à enorme necessidade de ficção e fantasia humanas, possui natureza formativa e profunda capacidade afetiva, e pode oferecer aos seus leitores um conhecimento mais íntimo e complexo do mundo.

Educação de Jovens e Adultos

Considera-se imperativo criar condições favoráveis de acesso ao livro e à leitura para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação básica ou que tiveram, mas de forma intermitente ou mesmo interrompida. Tendo em vista que as pessoas que frequentam as classes do EJA começam sua trajetória já como leitores, possuindo também experiência de vida afetiva, de trabalho, do cotidiano, o PDLL, em suas políticas e ações de promoção da leitura, deve ter uma atenção especial no que se refere a esse público que se relaciona de modo particular com o livro e a leitura.

Necessidades Especiais

É fundamental garantir que pessoas com necessidades especiais tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, buscando valorizar a publicação das obras em libras e em braille, bem como sua disponibilização nas bibliotecas públicas e escolares.

Leitura para a Liberdade

É indispensável a garantia de que as pessoas privadas de liberdade tenham acesso ao livro e à leitura. A ampla circulação do livro e a real prática da leitura no sistema penitenciário do Distrito Federal são um canal possível e fecundo de ressocialização dos presos e transformação do ambiente prisional. Entende-se que, por meio da literatura, as pessoas que se encontram privadas de liberdade podem compreender mais profundamente a si mesmas e a condição humana, podendo ser conduzidas à produção e à ressignificação de sentidos, à construção do conhecimento, e à própria ressocialização.

Meios Educativos

Defende-se a produção de meios educativos, sejam livros, periódicos e demais materiais, que atendam às especificidades dos diversos públicos. O Plano busca assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados em diferentes contextos culturais, para leitores de diversas faixas etárias, sejam eles estudantes, professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

Letramento Informacional

Acredita-se numa perspectiva de ensino-aprendizagem fundamentada nos processos cognitivos e sociais que possibilitem o desenvolvimento das capacidades de busca e uso da informação, mediante a construção de projetos de investigação em sala de aula e em bibliotecas públicas e escolares, superando as formas tradicionais de ensino e aprendizagem, que privilegiam o uso predominante dos livros didáticos, exposições orais e memorização mecânica.

Estado da Questão

Políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, contribuições e experiências diversas sobre as formas mais efetivas de formar leitores e promover a leitura e o livro, existentes na esfera municipal, estadual e nacional, implementados tanto pelo Poder Público como pelas organizações sociais, atentando-se, ainda, para o contexto internacional.

Políticas Públicas

Defende-se a produção de meios educativos, sejam livros, periódicos e demais materiais, que atendam às especificidades dos diversos públicos. O Plano busca assegurar o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados

em diferentes contextos culturais, para leitores de diversas faixas etárias, sejam eles estudantes, professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

Integração

O Plano é integrado aos demais setores da administração (Cultura, Educação, Social, Meio Ambiente etc.), de modo a otimizar os esforços em prol da leitura e do livro no Distrito Federal.

Autores Locais e o Mercado

A política para o livro e a leitura deve considerar a criação literária e a promoção de autores locais, além de criar condições para que a produção de livros aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades. Deve, ainda, apoiar a produção de livros e outros suportes de leitura em quantidades e preços compatíveis com a capacidade de consumo da população, tudo convergindo para a busca do equilíbrio entre o econômico, o direito de cidadania e a dimensão simbólica do livro.

Cadeia Produtiva

O Plano busca contemplar as duas faces de um mesmo processo: tanto as questões que envolvem a leitura e a democratização de seu acesso, quanto o que se configura pelas dificuldades e desafios relativos à cadeia produtiva do livro, buscando evitar as polarizações entre Estado e Mercado.

Avaliação Contínua

São necessários mecanismos contínuos de avaliação do cumprimento de metas e execução dos programas e ações em curso de forma a monitorar e verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes e atualizações no processo.



IV. OBJETIVO CENTRAL

“Toda pessoa é, quando lê, um leitor de si mesmo”

Marcel Proust



O objetivo central do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura é o de garantir e democratizar o acesso ao livro e à leitura para toda a sociedade do Distrito Federal, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são, em nosso tempo, indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas potencialidades no nível individual ou coletivo e exercer sua cidadania.

Busca-se criar as condições necessárias e apontar as diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Governo do Distrito Federal em diferentes esferas e também por parte das diversas organizações da sociedade civil, permeadas pela constante promoção da cidadania e da inclusão social.

V. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DO DISTRITO FEDERAL

DO LIVRO E DA LEITURA

“O ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.”

Paulo Freire

De acordo com o Plano Nacional do Livro e Leitura, que estabelece diretrizes de políticas públicas do livro e leitura até 2022, o PDLL apresenta também quatro eixos básicos, com suas respectivas linhas de ação, priorizando, evidentemente, as peculiaridades e demandas do DF. São eles:

EIXO 1	LINHAS DE AÇÃO	DIRETRIZES
 <p data-bbox="185 781 428 868">DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO</p>	Implantação de novas bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> • Criar bibliotecas públicas com infraestrutura de informação e serviços e produtos em consonância com as regiões administrativas do Distrito Federal; • Criar pontos de leitura nas regiões administrativas do Distrito Federal; • Implantar bibliotecas escolares nas escolas que ainda não as possuem; • Promover concurso público para contratação de bibliotecários no GDF.
	Fortalecimento dos sistemas atuais de bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar a Biblioteca Nacional de Brasília e as bibliotecas públicas instaladas no DF; • Reestruturar as bibliotecas escolares e comunitárias da rede pública de ensino; • Fortalecer as bibliotecas comunitárias e os espaços culturais que tenham entre suas atividades a promoção do livro e da leitura; • Criar a Rede de Bibliotecas do DF, revitalizar os sistemas de bibliotecas existentes e criar os sistemas ainda não existentes.
	Conquista de novos espaços de leitura	<ul style="list-style-type: none"> • Criar novos espaços de leitura no Distrito Federal; • Criar novos tempos e espaços de leitura nas comunidades escolares.
	Distribuição de livros gratuitos	<ul style="list-style-type: none"> • Criar projeto de doação de livros sobre temas orientados para promoção da cidadania; • Criar vale-livros no salário do professor e bibliotecários.
	Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da cultura letrada	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar calendário anual de eventos literários no Distrito Federal.
	Incorporação e uso de novas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o acesso aos materiais de leitura digital com a criação de pontos de leitura midiáticos; • Ampliar acesso às mídias nas escolas públicas.

EIXO 2	LINHAS DE AÇÃO	DIRETRIZES
<p>FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES</p>	<p>Programas de formação de educadores, bibliotecários e outros mediadores de leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer oportunidades de formação e discussão sobre letramento literário, mediação e leitura no Distrito Federal; • Implementar e monitorar cursos e processos de letramento informacional; • Incentivar a adoção de propostas de ensino-aprendizagem centradas na investigação e no letramento informacional; • Oferecer curso de pós-graduação para mediadores de leitura; • Oferecer, em parceria com a EAPE, cursos na área do livro e da leitura; • Organizar um Seminário Regional do Livro e da Leitura.
	<p>Projetos sociais para fomentar a prática social da leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações multiplicadoras de incentivo à leitura no Distrito Federal; • Implantar o Projeto “Agentes de Leitura” no DF; • Colaborar para a manutenção dos projetos voltados para o livro e a leitura; • Criar um fundo setorial do livro e da leitura
	<p>Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar pesquisas sobre práticas de leitura no Distrito Federal.
	<p>Sistemas de Informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar site para divulgação das ações de leitura no Distrito Federal.
EIXO 3	LINHAS DE AÇÃO	DIRETRIZES
<p>VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO</p>	<p>Campanhas para desenvolver maior consciência sobre o valor social do livro e da leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a população sobre a necessidade de ações de leitura no Distrito Federal; • Estabelecer parcerias com os meios de comunicação da grande mídia; • Criar sites e redes sociais alternativas.
	<p>Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado no âmbito distrital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Institucionalizar o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura - PDLL.
	<p>Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um suplemento mensal sobre o livro e a leitura no jornal local.



EIXO 4	LINHAS DE AÇÃO	DIRETRIZES
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO	Apoio à cadeia produtiva do livro local	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva local (editores, livrarias, distribuidoras, bancas, gráficas, editoras e outros pontos de venda). • Profissionalizar a cadeia produtiva local
	Apoio à distribuição circulação e consumo de bens de leitura	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a criação de linhas de financiamento para apoio à abertura de novas livrarias no Distrito Federal.
	Apoio à cadeia criativa do livro	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações multiplicadoras de incentivo à leitura de obras locais e conhecimentos dos autores do Distrito Federal; • Auxiliar na formação continuada dos autores.
	Maior presença dos produtos da cultura letrada do DF no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a participação de autores locais e suas obras em feiras e bienais nacionais; • Inserir Brasília no Circuito Literário Nacional; • Promover encontros entre os autores locais e os de outros Estados, no DF.

VI. ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO

“A palavra é o meu domínio sobre o mundo.”

Clarice Lispector

De acordo com o PNLL, uma das principais virtudes de um Plano é a sua capacidade de construir e consolidar políticas públicas que, ao mesmo tempo em que promovem uma ampla mobilização social, repartem responsabilidades e produzem sinergia entre as ações empreendidas pelos diferentes setores da sociedade, o que permite potencializar os recursos públicos e privados existentes. Para isso, apresentamos a seguir uma lista de possíveis parcerias e algumas propostas de ações para gestão de recursos, institucionalização e avaliação do PDLL.

6.1. Parcerias

Considera-se fundamental estabelecer compromissos com o maior número possível de pessoas e entidades do DF relacionadas ao livro e à leitura, com vistas à realização de ações conjuntas e para uma gestão participativa do Plano.

Sendo assim, apresenta-se abaixo uma lista de possíveis articuladores, fundamentais para: assegurar uma boa execução do Plano; evitar dispersão de esforços; otimizar recursos; permitir maior abrangência.

GDF

- Câmara Legislativa
- Secretaria Executiva de Conselho de Governo
- Casa Civil
- Secretaria do Desenvolvimento Social e Transparência de Renda
- Secretaria de Comunicação Social
- Secretaria da Mulher
- Secretaria do Trabalho
- Secretaria de Micro e Pequenas Empresas e Economia Solidária
- Secretaria da Juventude
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
- Secretaria de Saúde
- Escola de Governo
- Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
- Companhia de Planejamento do DF

Outros Entes

- Ministério da Cultura
- Plano Nacional do Livro e Leitura
- Ministério da Educação
- Pró-Cultura para Programa Cultural de Livrarias
- Fundação Biblioteca Nacional
- Pontos de Leitura
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- Ministério do Trabalho e Emprego
- Ministério da Educação
- União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Programa Escola Aberta
- Organização dos Estados Iberoamericanos
- Federação do Comércio
- ONGs
- Sistema S (SESI; SENAI; SEST; SENAT; SENAC e SESC)
- Associações de escritores
- Academias de escritores
- Sindicato dos Professores do DF
- Universidade de Brasília
- Universidades e Faculdades do DF
- SEBRAE
- Bancos com agência na cidade
- Escritórios de arquitetura
- Agências de publicidade
- Veículos de Comunicação (Rede Globo, Rede Record, Rede Bandeirantes, Correio Braziliense, Jornal de Brasília e Rádios Nacionais e Distritais)
- CRB1 e ABDF

6.2. Institucionalização

A institucionalização do PDLL será buscada por meio de diferentes ações, explicitadas no Eixo 3 do Plano Operacional do documento. Entre elas destaca-se a intenção da criação da Lei Distrital do Livro e Leitura. Isso poderá gerar maior segurança jurídica e perspectiva de continuidade em futuras administrações.

A gestão do Plano envolverá a formação de uma Comissão Executiva, composta por

representantes da SECULT, SEE e SECTI. As propostas executivas serão planejadas e coordenadas por cada um dos entes envolvidos sob a supervisão dessa Comissão executiva.

Além disso, pretende-se criar um Plano de Comunicação Anual do PDLL com o objetivo de sensibilizar a população sobre o tema com o envolvimento constante dos parceiros envolvidos no processo de formulação e implantação do PDLL.

Acredita-se que isso tanto poderá contribuir para uma maior percepção sobre a importância da leitura no imaginário coletivo, como permitirá maior acompanhamento, participação, novas adesões e maior apoio político e institucional para o Plano.

6.3. Gestão de Recursos

A gestão envolve o conjunto de estratégias necessárias para tornar o Plano exequível e viável a curto, médio e longo prazos. Para isso, apresenta-se abaixo uma lista das possíveis fontes de financiamento no DF e algumas estratégias de gestão de recursos. O objetivo é buscar uma ação coordenada e planejada dos recursos humanos, políticos e financeiros existentes no DF para implantação do PDLL.

Possíveis fontes de financiamento

- FAC - Fundo de Apoio à Cultura
- Programas Escola Aberta, Brasil Alfabetizado e Concurso Literatura para Todos - MEC
- Programa Mais Cultura - MinC
- Prêmio Viva leitura - MinC

- Programas da Secretaria de Educação
- Rubrica orçamentária específica para o PDLL da Secretaria Educação, com recursos oriundos do repasse do Fundeb.
- Projetos formulados e apresentados com base na Lei 8313-91 para captação junto às empresas declarantes no IR com base no lucro real
- Lei Distrital de Isenção Fiscal (a ser criada)
- Emendas parlamentares
- Financiamento de Organismos Internacionais
- Gestão dos recursos obtidos
- Criação de um Fundo Pró-Leitura no Distrito Federal
- Criação de um Comitê Gestor dos recursos do PDLL
- Criação de entidade jurídica para captação e aplicação de recursos (Instituto Distrital do Livro e Leitura)

6.4. Avaliação

Haverá uma avaliação sobre a formulação do Plano, os objetivos propostos e a realização das metas previstas em seu alcance junto à comunidade, por meio de questionários e entrevistas com representantes de vários setores da sociedade, em periodicidade anual, durante os primeiros 03 anos.

O principal objetivo dessa avaliação é ouvir a sociedade sobre suas expectativas, a fim de redimensionar as metas existentes ou estabelecer novas metas a cada ano para as ações relacionadas ao livro e à leitura no Distrito Federal.

As metas utilizadas como critérios para avaliação serão definidas posteriormente,

sendo reavaliadas periodicamente em eventos específicos de acompanhamento do Plano, coordenados pelo Grupo de Trabalho.

6.5. Planos de Ação

Para que o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura se realize plenamente, é fundamental que sejam estabelecidas metas, projetos, atividades e ações específicas. A consolidação, organização e estabelecimento desse conjunto de ações e metas constituem os Planos de Ação do PDLL. Por ser parte indissociável do PDLL, os Planos de Ação são construídos com base nos eixos estratégicos, princípios, objetivos e diretrizes firmados pelo documento.

Os setores atuantes no campo do Livro e da Leitura devem inscrever os planos de ação para os seus respectivos setores/segmentos e se tornarem responsáveis pela implementação e acompanhamento das ações elencadas, de tal modo que seja possível enfrentar, de forma adequada, os novos momentos do processo desencadeado por este PDLL.

Os projetos e ações inscritos nos Planos de Ação devem ser autossustentáveis por orçamentos de seus promotores, sejam eles públicos ou privados. Entende-se que somente com a consolidação desses Planos o PDLL se torna o documento basilar completo das políticas do Livro e da Leitura para o Distrito Federal.



S
F

Q

R
Q

F

F
S

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

“1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, 2012”. Disponível em: <<http://www.bienalbrasildolivro.com.br/noticias/balano-bienal>>. Acesso em: 21 set. 2012.

“Bibliotecas do DF elevam os índices do Centro-Oeste”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/04/censobmpscentrooeste1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

“Biblioteca pública de Samambaia está em condições precárias”. Disponível em: <http://dftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0,MUL1651096-10039,00.html>. Acesso em: 02 maio 2011.

BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia Regina Braga. A construção da leitura e da escrita: 6º ao 9º ano de ensino fundamental. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

“Biblioteca pública na Asa Sul está há 30 dias sem energia elétrica”. Disponível em: <http://dftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0,MUL1650439-10039,00.html>. Acesso em: 28 fev. 2011.

“Bibliotecas públicas do DF estão em estado precário”. Disponível em: <http://dftv.globo.com/Jornalismo/DFTV/0,MUL1652476-10041,00.html>. Acesso em: 09 mar. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 20 set. 2012.

BRASIL. Lei orgânica do Distrito Federal. Texto da Lei orgânica de 8 de junho de 1993, com as alterações adotadas pelas Emendas à Lei Orgânica de nº 1, de 1994, a 42, de 2005, e pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade impetradas até 20 de outubro de 2005 Lei Orgânica do Distrito Federal . 3. ed. Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimento_web/arquivos/legislacao_leiorganica.pdf. Acesso em: 21 set. 2012.

CANDIDO, Antonio. “O direito à literatura”, em Vários escritos. 3ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA (1ª Região). Guia de Bibliotecas da 1ª Região: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Brasília: Senado Federal, 2008.

CUNHA, Maria Antonieta Andrade. Mergulhando na leitura literária: proposta de experiências para o ensino fundamental. Belo Horizonte: SEEMG, 2002.

Declaração Universal dos direitos humanos: adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 20 set. 2012.

FREITAS, Marília Augusta de. A biblioteca pública como agente de inclusão social. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GUIA para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e da leitura: a leitura e o livro nos planos estaduais e municipais. [S.l.: s.n.], 2010.

MARQUES NETO, José Castilho; GUEDES, Rosália; VALE, Luciana do (Orgs.). PNLL: Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história: 2006-2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

As metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2012.

“Nove regiões administrativas não têm biblioteca pública”. Disponível em: <http://brunofontineli.blogspot.com.br/2010/05/nove-regioes-administrativas-nao-tem.html>. Acesso em: 10 out. 2012.

Pesquisa nacional por amostra de domicílios. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>. Acesso em: 09 out. 2012.

Primeiro censo nacional das bibliotecas públicas municipais. 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/> Acesso em: 30 set. 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Plano orientador da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 1962.



J S Q R

R F

Secretaria de Ciência,
Tecnologia e Inovação

Secretaria de
Educação

Secretaria
de Cultura

